

O CONTADOR DE HISTÓRIAS NAS MEMÓRIAS DE PEDRO NAVA

THE STORYTELLERS IN PEDRO NAVA'S MEMOIRS

Maria Alice Ribeiro Gabriel¹

Resumo: Contar histórias é um dos mais relevantes temas das Memórias de Pedro Nava, por relacionar as ideias de memória e transmissão cultural, noções-chaves exploradas pelo memorialista. Considerando esta hipótese, o propósito deste estudo é apresentar algumas descrições biográficas de contadores de histórias retratados por Nava, incluindo casos e reminiscências de seu avô materno, Joaquim José Nogueira Jaguaribe. A análise indica que Nava descreve os contadores de história como genuínos narradores de histórias de vida, relatos históricos e tradições folclóricas, com estratégias narrativas, repertórios distintos, características estilísticas e modos particulares de relatar experiências e memórias de fatos passados. O escopo teórico deste estudo baseia-se principalmente nas reflexões de Luís da Câmara Cascudo (1984) e Isidore Okpewho (1992).

Palavras-Chave: Pedro Nava; Memórias. Contadores de histórias.

Abstract: Storytelling is one of the most relevant themes in Pedro Nava's Memoirs, because connects the ideas of memory and cultural transmission, which are both key notions explored by the memoirist. Considering this assumption, the aim of this study is to present some biographical depictions of storytellers portrayed by Nava, including accounts and reminiscences of his maternal grandfather, Joaquim José Nogueira Jaguaribe. The analysis indicates that Nava depicts storytellers as genuine narrators of life stories, historical records and folk traditions, with narrative strategies, distinctive repertoires, stylistic characteristics and personal ways of telling experiences and memories of past events. The theoretical scope of this study draws mainly on works of Luís da Câmara Cascudo (1984), Isidore Okpewho (1992).

Keywords: Pedro Nava; Memoirs. Storytellers.

Introdução

O campo relativo às produções da oralidade é um domínio em expansão, em parte, devido à contribuição de pesquisas que conectam várias disciplinas, a exemplo da questão do testemunho nos estudos sobre o Holocausto. Tópico indispensável para o pesquisador da literatura oral, a noção de memória tornou-se objeto de reflexão de especialistas das ciências biológicas e humanas, por meio de abordagens muitas vezes complementares. No âmbito compreendido pela Cultura da memória, a historiadora Neima Barzel (2002, p. 160) assinalou a relevância do que se transmite de uma geração à outra. Nesta cadeia de transmissão, a narrativa do testemunho como representação cultural

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos Judaicos (LEJ) da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: rgabriel1935@gmail.com

encerra um tipo de discurso que interliga gerações diferentes, pleiteando a reflexão sobre eventos históricos.

Contudo, o reconhecimento do testemunho no sentido de fonte documental ainda permanece controverso para a historiografia. Maria Delaperrière (2014) discutiu a questão sob o viés da crítica literária e dos estudos culturais. Segundo a autora, o testemunho como forma de representação literária baseia-se num paradoxo: se a noção de testemunho já assume por si mesma estatuto de verossimilhança ao expor sua versão das experiências de alguém; a literariedade (tradicionalmente entendida como um sistema de preceitos ficcionalizantes e estilísticos), parece revogar de antemão a veracidade de cada mensagem. Entretanto, conforme ponderou o ensaísta francês Georges Perec (1957 DELAPERRIÈRE, 2014, p. 42), “fatos não falam por si mesmos”, logo, qualquer discussão sobre a possibilidade de apresentar “a verdade nua e crua” tornar-se-ia inconsistente – argumento que se ajusta ao do historiador Hayden White sobre a construção das relações entre ficção e história:

No intuito de antecipar algumas das objeções que os historiadores opõem muitas vezes ao argumento que segue, quero admitir desde já que os *eventos históricos* diferem dos *eventos ficcionais* nos modos pelos quais se convencionou caracterizar as suas diferenças desde Aristóteles. Os historiadores ocupam-se de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados. O problema não é a natureza dos tipos de eventos com que se ocupam historiadores ou escritores imaginativos. O que nos deveria interessar na discussão da “literatura do fato” ou, como preferi chamar, das “ficções da representação factual”, é o grau em que o discurso do historiador e do escritor imaginativo se sobrepõem, se assemelham ou se correspondem mutuamente. Embora os historiadores e os escritores de ficção possam interessar-se por tipos diferentes de eventos, tanto as formas dos seus respectivos discursos como os seus objetivos na escrita são amiúde os mesmos. (...) Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da “realidade”. (WHITE, 2001, p. 137-138, ênfase do autor).

Memórias constituiriam, portanto, um gênero formado por textos híbridos, os quais “[...] ocupam-se de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis (...) [e eventos] imaginados, hipotéticos ou inventados”. Para o crítico literário português Castelo-Branco Chaves (1978, p. 6-7): “[...] havendo necessariamente partes da composição que não foram nem vividos nem observados pelo memorialista”, tais partes ilustrariam o que White denominou “ficções da representação factual”. Segundo Chaves, o relato de uma

vida torna-se literário pelo caráter artístico, e não devido à versão – mais próxima ou distante do real – que o autor expõe sobre o aspecto literal dos fatos:

Não consistem as memórias, apenas, em confissões subjetivas; não são meras autobiografias, tampouco, porque nas memórias, exatamente como na vida, os fatos individuais e até, em parte, os sentimentos e paixões estão inscritos nos fatos históricos e sociais que lhes condicionam as manifestações. O que eleva quaisquer memórias acima de simples documentos e lhes dá condição de valor cultural é o gênio criador e artístico do memorialista, a par da capacidade da visão estética da própria vida na vida comum em que se encontra inserida. Neste caso, o memorialista não dará uma versão literal, digamos, da sua vida, mas recreá-la-á num plano artístico. (CHAVES, 1978, p. 7).

Além do aporte estético da linguagem, a escrita memorialística de Pedro Nava (1903-1984) desenvolve-se por meio de uma sobreposição de planos. No que se refere à temporalidade, os fatos nem sempre estão encadeados de modo linear. Nava (1974, p. 233) admite ser difícil “dar uma impressão cronológica” dos primeiros anos de vida: “É impossível colocar em série exata os fatos da infância porque há aqueles que já acontecem permanentes, que vêm para ficar e doer, que nunca mais são esquecidos, que são sempre trazidos tempo afora, como se fossem dagora”. Entrevistado por Edmilson Caminha (1995, p. 41), Nava respondeu à crítica de Wilson Martins, para quem ele teria “violado algumas regras básicas do memorialismo”: “Eu acho que estou fazendo uma obra que não se pode situar dentro do memorialismo ortodoxo. Tenho saído inclusive da cronologia”. Deve-se observar, ainda, ao lado do plano em que a reconstituição do passado organiza-se de acordo com as pesquisas documental e genealógica, ocasiões nas quais a imaginação “dá colorido ao retrato”; e situações intencionalmente ficcionalizadas, em que a narrativa autobiográfica usa a terceira pessoa:

[...] eu não teria coragem de contar certos fatos meus, da minha boêmia – e de meus amigos, cujos nomes também estão encobertos – dizendo eu, me sentiria mal. Ao passo que esse José Egon já tomou personalidade, é outra coisa, já saiu pra outro lado. Aliás, deixei nele a minha marca, é fácil perceber: Egon é ego mais o N de Nava: eu, Nava – estou dizendo isso ali. Pensei que não existisse essa palavra, mas é um nome corrente na Alemanha, como Pedro, Antônio, José e João aqui. (CAMINHA, 1995, p. 41).

Fator comum aos planos biográfico e autobiográfico é a questão das Memórias reproduzirem relatos de fontes letradas e iletradas. Entre estas, o escritor distinguiu alguns contadores de histórias natos, cujo testemunho foi coletado em primeira mão, a exemplo do depoimento que o “eminente otorrinolaringologista” João Marinho concedeu a Nava (1974, p. 375): “Ele não me deixara tomar notas do que dizia, com medo de falseamento da verdade e fez questão que eu escrevesse sob ditado”. Esses cronistas

orais do passado possivelmente influenciaram a prosa do escritor mineiro. Presentes em suas recordações de infância, juventude e maturidade, a importância de seus relatos é reconhecida nos comentários e episódios que os retratam. A temática do testemunho está implícita neste trecho de *Baú de ossos* (1972), que concilia as noções de memória e de transmissão cultural:

A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos, a lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com que ele estabelece contatos, correlações, aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar. Esse folclore jorra e vai vivendo do contato do moço com o velho – porque só este sabe que existiu em determinada ocasião o indivíduo cujo reconhecimento pessoal não valia nada, mas cuja evocação é uma esmagadora oportunidade poética. Só o velho sabe daquele vizinho de sua avó, há muito coisa mineral nos cemitérios, sem lembrança nos outros e sem rastro na terra – mas que ele pode suscitar de repente (...) para o menino que está escutando e vai prolongar por mais cinquenta, mais sessenta anos a lembrança que lhe chega (...) (NAVA, 1974, 17).

Ao reconstituir a memória familiar, Nava (1979, p. 14) investiga a história dos antepassados, bem como eventos autobiográficos que sua recordação pessoal não pôde alcançar, e só de deram a conhecer por testemunho alheio: “Eu soube dessa história muito pouco tempo antes da morte de minha Mãe. Quando ela me contou o caso tive uma espécie de visão do que seria nossa vida”; ou “O Juca² contou-me uma vez que o primo Júlio, como ele o chamava, morrera em estado de frustração por minha causa e de meu primo Tom. Caí das nuvens. Por quê?” (NAVA, 1977, p. 93). Os relatos coligidos oferecem perspectivas culturais e históricas sobre o passado, e sugerem a situação do escritor em contextos específicos do círculo de relações das famílias paterna e materna.

Este estudo parte do retrato biográfico de alguns prosadores citados nas Memórias de Pedro Nava, centrando-se em Joaquim José Nogueira Jaguaribe, avô materno do memorialista. Durante a infância e juventude, Nava ouviu do avô histórias que testemunham sobre aspectos folclóricos, históricos e sociais dos séculos XIX e XX. Na maturidade, ao redigir suas Memórias, Nava reproduziria literariamente algumas delas. Considerações específicas de Luís da Câmara Cascudo e Isidore Okpewho sobre a função e estratégias do contador de histórias na transmissão da literatura oral norteiam escopo, método e objetivos do presente estudo. Quanto ao objetivo estabelecido, os comentários restringem-se às passagens selecionadas para análise, visto que o campo

² “O farmacêutico José Nogueira Jaguaribe (Juca), nascido no Ceará a 16 de agosto de 1860, um pouco biruta, cheio de grandiosidade, de boa educação, que vivia em Juiz de Fora” (NAVA, 1974, p. 178).

de investigação oferecido sobre o objeto é profuso e expresso em riqueza de detalhes pelo memorialista. Não se ambiciona expor uma visão de Jaguaribe no conjunto das memórias de Nava, nem se fixar na pesquisa historiográfica. Cabe advertir ainda a impossibilidade de se precisar em que medida a transcrição literária dos relatos de Jaguaribe aproximar-se-ia de seu discurso autêntico e dos aspectos da prosódia e semântica originais, posto que, como notou o crítico Antonio Candido:

Confinado nos limites da sua memória, com a vontade tensa de apreender um passado que só lhe chega pelo documento e por pedaços da memória dos outros, o Narrador penetra simpaticamente na vida dos antepassados e dos parentes mortos, no seu ambiente, nos seus hábitos, e não tem outro meio de os configurar senão apelando para a imaginação. Desse modo, sobretudo em *Baú de ossos*, o relato adquire um cunho de efabulação e o leitor o recebe como matéria de romance. (CANDIDO, 1987, p. 60).

Para Antonio Candido (1987, p. 60), o cunho novelesco ou “de efabulação” das Memórias é expresso em prosa “[...] franca, de composição corrida e compacta, baseada em longas sequências narrativas logicamente dispostas e engrenadas segundo uma necessidade, não linear, por certo, mas cronológica”. Sob esse prisma, parte da história de Jaguaribe pode ser lida “como matéria de romance”, no qual Nava desempenha as funções de biógrafo, cronista histórico e memorialista.

“Um manancial inesgotável da história”

Antes de abordar o foco deste artigo em específico, Joaquim Nogueira Jaguaribe, é preciso lembrar a influência de dois círculos, concêntricos, de bons “letores” e “prosadores”, destacados por Nava em suas memórias de infância. O primeiro círculo vem dos ascendentes paternos, “dos Pamplona”, de “temperamento sensível, vibrante, imaginoso”: “Tudo concorria para a cordialidade, a boa convivência e a palestra deleitável. A cortesia. O bom nível intelectual da família” (NAVA, 1974, p. 45). O segundo círculo expandia-se a partir das relações de seu pai, o médico José Pedro da Silva Nava e do convívio com o tio Antônio Salles, fundador da Padaria Espiritual. Nava (1974, p. 287) guardaria forte impressão dos colóquios familiares: “Eu tinha seis para sete anos, mas nascera com o dom de observar e guardar”, notavelmente dos serões da época que antecede a morte do pai:

Eu não posso me lembrar senão de caso ou outro, das conversas de minha família, tais os referidos anteriormente. Se não recordo detalhes, fixei o espírito e

a essência do que se dizia, principalmente do que se não dizia... Jamais ouvi maledicência veiculada por meus pais e meus tios, como nunca ouvi palavras azedas de disputa na minha gente paterna. A conversa geral era cheia de preferências pelas ideias, pelas coisas e causas nobres, pelos assuntos intelectuais – estes, versados simplesmente, como moeda de todo dia. Nenhum desses grandes ledores que eram meu Pai, tio Salles, tio Júlio, minhas tias Alice e Candoca se permitiam pedantismo ou brilho. Cultivavam a modéstia, a discrição, a compostura e a ausência de ostentação. Tudo neles, mesmo o banal e o corriqueiro, jamais descia ao vulgar. Tenho visto noutros, mas jamais ultrapassada, aquela distinção moral e intelectual que eram as tônicas do grupo familiar dentro do qual acordei para a vida. (NAVA, 1974, p. 350).

Nava relaciona os serões do avô Jaguaribe à época que se seguiu à transferência da família de Juiz de Fora para Belo Horizonte, em dezembro de 1913, após a morte da avó Maria Luisa Jaguaribe. O Major da “Briosa”³ Joaquim José Nogueira Jaguaribe (Quincas), nascido em Fortaleza a 11 de maio de 1850, foi o segundo dos onze filhos do casal Domingos José Nogueira Jaguaribe (1820-1890) e Dona Clodes Alexandrina Santiago de Alencar (1824-1912). “O pai de meu avô Quincas chamou-se primeiro Domingos José Nogueira dos Santos. O nome Jaguaribe substituiu o Santos durante seus estudos de Direito na Faculdade de Olinda. Nativismo” (NAVA, 1974, p. 170). *Baú de ossos* recorda eventos históricos descrevendo a genealogia das famílias Alencar e Jaguaribe:

Aqueles eram árvore a esgalhar-se para o mar, pelas ilhas, pela península. Transoceanismo de fidalgos portugueses. Estes, tronco a meter raízes no chão. Nativismo de sertanejos rente ao povo – trocando os nomes lusíadas pelos de Sucupira, Araripe e Jaguaribe. (...) O Nogueira do sobrenome é o mesmo de outros Nogueira do Ceará como Pinto Nogueira⁴, Nogueira Borges da Fonseca⁵ que, como Nogueira Jaguaribe, seriam *nomes* mais tarde. (NAVA, 1974, p. 169-170, ênfase do autor)

Sobre Pinto Nogueira, Nava (1974, p. 348) ouviu contar “[...] a crônica das violências, das pancadarias, das mortes, dos exílios, das perseguições e das patotas que se desenrolavam no seu estado natal”, histórias contadas por Antônio Salles, relativas aos tempos em que o poeta pertencera “[...] ao grupo de cearenses postos para fora de sua terra pela política local chefiada pelo Comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly” (NAVA, 1974, p. 321). Episódios e personagens da saga político-familiar eram emoldurados pela imaginação infantil nos serões do sobrado de número 106 da rua Aristides Lobo, no Rio de Janeiro, onde Nava viveu com os pais “o médico cearense Dr.

³ Apelido da antiga Guarda Nacional, criada em 13 de agosto de 1831, no início do Período Regencial.

⁴ Antônio Pinto Nogueira Accioly (1840-1921), presidente do Ceará de 1896 a 1900 e de 1904 a 1912.

⁵ O Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1842-1908), casado com Clotilde Nogueira Jaguaribe (1859 -?), irmã de Joaquim Nogueira Jaguaribe.

José Pedro da Silva Nava e a mineira D. Diva Mariana Jaguaribe Nava” de 1908 até julho de 1911:

Eu, de tanto ouvir falar em Accioly e nas maldades de Accioly, acabei dando dimensões sobre-humanas ao oligarca. Já não era mais um semelhante. No meu terror eu procedia a misturas e sincretismos, transportava-o para a lenda e fazia dele um ogre, monstro composto com as hidras ou troço entre o bicho e o homem, como as harpias. E morria de medo da avantesma criada pela minha própria imaginação. (NAVA, 1974, p. 348)

Para o menino, “que estava ali completando oito anos de idade”, “a figura mais impressionante era a do agigantado Dr. Belisário Fernandes Távora”, advogado e jornalista. O Dr. Duarte de Abreu; Antônio Ennes de Souza, “primo, irmão adotivo, compadre e melhor amigo” de seu avô, Pedro da Silva Nava; as famílias do Dr. Cândido de Holanda Freire e de Heitor Modesto, entre outros amigos, compunham a sociedade de *causeurs*, diletantes e publicistas daquela fase:

Mais se mantinha o tom político da conversa, quando aparecia o Coronel Benjamim Liberato Barroso, nosso parente, secarrão mas preciso, ouvindo muito e falando pouco. Geralmente ficava fechado em copas (...) mas, quando resolvia contar, era um manancial inesgotável da história política do Ceará que ele governara em 1892, como vice em exercício, e que o destino reservava para novo mandato, em 1914. (NAVA, 1974, p. 321-322).

A memorialista Vivian Gornick (2008, p. 8) escreveu que uma narrativa pessoal é um conto – retirado da vida atual e não de ocorrências imaginárias – relatado por um narrador em primeira pessoa que é inegavelmente o seu criador. Além desses princípios essenciais, tal narrativa possui a mesma responsabilidade da novela ou conto: moldar um fragmento da experiência, lapidando-o a partir do material da vida pessoal de alguém, de modo a convertê-lo, de história de interesse particular, em algo significativo para o leitor/ouvinte desinteressado. Essa analogia evoca o trabalho do artífice: os fatos são a matéria, a pessoa que os relata dá forma ao que aconteceu. O mais relevante nesse processo é o modo como quem narra o que sucedeu concebe e expressa o passado.

Ao descrever esse processo, Nava (1974, p. 39) ressalta particularidades que lhe chamavam a atenção nos bons prosadores que conheceu ou de quem ouvir falar: a bá que, “[...] além de ser um canhenho vivo, sabia, ouvidas não sei onde nem de quem, todas as histórias de Andersen, Perrault e dos Irmãos Grimm”; o Coronel, que de lacônico e “secarrão”, convertia-se em “manancial inesgotável da história”, o tio-avô Itrício, cuja

impressionante memória “fazia dele o linhagista da família”, “verdadeiramente imbatível” “no deslindar parentescos”; ou o avô paterno e homônimo:

Possuía o belo parecer de que ouvi falarem até o fim da vida sua mulher, sua cunhada Dona Maria Pamplona de Arruda e sua prima Dona Eugênia Rodrigues Ennes de Souza. Se agradava pela simpatia e pela beleza varonil, encantava também pela alta e nobre inteligência. Era um conversador inimitável e um narrador prodigioso. O eco de suas conversas, de suas histórias, de seus achados ficou nos casos que dele repetiam sem cessar seu irmão adotivo Ennes de Souza, seu cunhado Itrício Narbal Pamplona, seu concunhado Joaquim Feijó de Melo. (NAVA, 1974, p. 26).

Se meu tio-avô Itrício era cheio de rompantes, seu irmão mais velho, o Comendador Iclirício Narbal Pamplona era a figuração da medida, do discernimento, da ponderação e da cerimônia. Gostava de conviver, de conversar e era um interlocutor perfeito e cheio de urbanidade. Tinha uma palestra viva, agradável e pinturesca. Dotado de talento para narrar – evocava com graça e facilidade. (...) Os irmãos, os cunhados, os sobrinhos ouviam sempre reverentes o respeitável Comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e dentro do silêncio propício sua frase alongava-se alta, clara, elegante, oratória, as vogais bem abertas (NAVA, 1974, p. 50-51).

“Ao tempo dessas conspirações em Aristides Lobo”, além dos laços de parentesco, afinidades intelectuais e políticas, alguns dos bons palestrantes partilhavam a vocação de José Nava, como o Dr. João da Cruz Abreu, mencionado em *Baú de ossos*, nas memórias de infância do autor; e nas suas recordações da adolescência, como aluno interno do Colégio Pedro II, em *Balão cativo*:

Outro assíduo ao 106, também parente, primo-irmão de minha avó paterna, era o Dr. João da Cruz Abreu. Médico, formado pela faculdade da Bahia em 1892. Clinicava no bairro e dobrava o ser bom profissional com a personalidade de historiador e colaborador da *Revista do Instituto do Ceará*. (...) Tinha a voz retumbante dos enfisematosos, era um conversador infatigável e cheio de verve. (NAVA, 1974, p. 322)

Inevitável na porta da farmácia, onde ia para a conversinha matinal era nosso primo médico João da Cruz Abreu. Sempre asmático, sempre falante, parecia-me velhíssimo com sua cara adunca e seus cabelos arrepiados. Pois nessa época ele não passava dos cinquenta já que nascera a 24 de novembro de 1866. Era de Fortaleza, bom médico, bom historiador de sua terra e vinha a ser nosso parente porque ele e minha avó paterna eram ambos bisnetos do mestre de campo Pedro José da Costa Barros. Ele faleceu velho, no Rio, a 15 de abril de 1947. (NAVA, 1977, p. 196).

Durante a infância vivida entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora, casos e reminiscências de outras terras, sem excluir a política local, eram ouvidos e guardados, a seu modo, pelo menino. Adolescente, nos tempos do Colégio Pedro II, ele ficaria alternadamente aos cuidados dos tios que admirava, como exemplos de conduta e homens de letras: Antônio Salles, Heitor Modesto e Antônio Ennes de Souza. Além desse

primeiro referencial, antes do contato com os modernistas da geração de vinte, decorrente do círculo de amigos adquirido à época do curso de medicina em Belo Horizonte, Nava já possuía um repertório de leituras: “Tive um período literário muito curto com o grupo modernista de Minas Gerais, quando me liguei a amigos que tenho até hoje, como Drummond e Afonso Arinos. Evidentemente que eu escrevia (...) E já tinha mesmo, muito mais cedo, muito antes de conhecer esse pessoal, o hábito da leitura” (CAMINHA, 1995, p. 44). Por meio das informações dos Modesto, por exemplo, Nava alude à casa comissária de seu avô paterno:

Não conheço descrição viva e curiosa das casas comissárias do Rio de Janeiro, como a que delas traçou meu tio afim Heitor Modesto d’Almeida, com suas reminiscências e as de seu pai, o velho Maneco Modesto – Manuel Almeida dos Guimarães Modesto – que fora chefe de escritório e residira com a família, na que pertencera a José Antônio Moreira, Barão de Ipanema. O estudo de Heitor Modesto era resposta a um inquérito de Gilberto Freyre, feito quando da preparação de *Ordem e Progresso*. (...) Tive-a em mãos e é um pouco de lembrança, um pouco pelas referências de Gilberto Freyre, que rememoro o que ali se dizia das casas comissárias (...) (NAVA, 1974, p. 66).

O texto de *Baú de ossos* revela-se um mosaico composto por variadas fontes documentais, entremeado de relatos provenientes de lembranças individuais de Nava (1974, p. 23): “Acredite na história quem quiser. Eu acreditei quando a ouvi contada pelo mais veraz dos maranhenses: Antônio Ennes de Souza”; mas, igualmente, das recordações dos próprios amigos e parentes biografados:

[...] guardei o nome do médico, aquele nome esquisito de ‘pretérito mais-que-perfeito’ para informar-me dele quando se oferecesse ocasião. E a ocasião apresentou-se na pessoa de Heitor Modesto, que não conhecera outra coisa na sua infância e na casa suburbana do pai, amigo íntimo, compadre e depois providência caridosa na vida de Titara. (NAVA, 2003, p. 119).

Algumas das grandes obras da memorialística, conforme afirmou Gornick (2008, p. 8), se não podem alcançar o patamar de precisão literal requerido de outros escritos não ficcionais, obtêm o efeito de verossimilitude por meio de convincentes representações da realidade. *Father and Son*, de Edmund Gosse, publicado em 1907, quando o autor já contava 57 anos de idade, reproduz conversações que tiveram lugar quando ele tinha 8 anos. Após a publicação, o livro foi reconhecido instantaneamente como uma obra prima, mas as pessoas que conheceram os Gosses protestaram que Edmund havia forjado aquelas conversações; as quais, de fato, aconteceram, sem elas, a história do relacionamento entre pai e filho não teria sobressaído do mesmo modo. Considerando a

observação de Gornick, convém lembrar polêmica semelhante relativa à *Minha vida de menina* (1947), diários de Alice Dayrell Caldeira Brant escritos durante o final do século XIX e publicados tardiamente.

Gornick (2008, p. 8) reportou-se ainda às memórias de George Orwel, *Such, Such Were the Joys*, relato de seu tempo na escola preparatória, denunciadas por antigos colegas de classe, alegando várias incongruências, como se as recordações deles fossem mais legítimas que as do autor. As críticas dos ex-colegas de classe de Orwell baseavam-se no testemunho de familiares, que apresentaram suas impressões sobre o que realmente teria acontecido naquela época. Para Gornick, memórias deveriam ser lidas como textos literários e não jornalísticos. Nesse sentido, é possível que vários detalhes fornecidos por Nava ao caracterizar certos perfis biográficos não provenham apenas de recordações de infância, mas do convívio prolongado por anos no círculo de relações familiares, envolvendo amigos e conhecidos, a exemplo das famílias de Ennes de Souza e de Heitor Modesto:

Causava sempre apreensão a presença simultânea dos Ennes e dos Modesto. Estes eram o pai, a madrasta e duas irmãs de meu futuro tio Heitor. É que o velho Modesto, Manuel Almeida dos Guimarães Modesto – gaguejava e o *tio* Ennes não podia ouvir gago sem ser tomado de frouxos de riso. Não resistia. Ele mesmo provocava e não sossegava enquanto o *seu* Maneco não tomava a palavra para desfiar seus casos de Cataguases, da Rua Bela de São João, de Todos os Santos, do Doutor Titara⁶, do Major Sukow⁷, da Abolição, da República e da Casa Comissária do Barão de Ipanema. (...) O *seu* Modesto não percebia, ou se percebia não passava recibo e continuava nas suas histórias intermináveis – discursivo, arengante, contador, prolixo e difuso como o são quase todos os gagos. Mas tirante aquela batida na primeira sílaba, até que a conversa do velho Ma-ma-maneco (como o chamava o Ennes de Souza) era bem saborosa. Meu Pai e tio Salles adoravam seus casos e o modo como ele os narrava. (...) Eu também gostava dos casos do velho, através dos quais ia me impregnando do *humour* meio amargo e meio resignado, daquele sentido carioca (NAVA, 1974, p. 324, ênfase do autor).

Logo ao iniciar seu texto sobre o narrador, Walter Benjamin (1994, p. 197-198) faz uma crítica à modernidade: “Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências”. As passagens sobre a infância de Nava são repletas de alusões a contadores de histórias, a “serões” familiares e situações em que as pessoas se reuniam para contar e ouvir “casos”, relatos

⁶ A João Luís dos Santos Titara, “[...] afilhado de Caxias, veterano do Paraguai e no seu tempo, o dono da maior clínica dos subúrbios” (NAVA, 1974, p. 324), foi dedicado um capítulo de *Território de Epidauró* (1947), intitulado “Médicos suburbanos de ontem e de hoje: apontamentos sobre o Dr. Titara”.

⁷ Hans Wilhelm von Suckow (1798-1889), o “Major dos Carros”, empresário alemão estabelecido no Rio de Janeiro, ligado à história do hipismo e ao serviço de aluguel de tálburis e carruagens no século XIX.

da tradição oral, histórias de “visagens-lares” e “avantesmas da noite de Minas”, episódios da “legenda” familiar e dos acontecimentos marcantes da crônica social, conforme o excerto sobre a casa de José Nava, “nos tempos de Aristides Lobo”:

Era sempre nessa dependência – meio sala, meio escritório – que nossa família se reunia para conversar. A Marout⁸ gostava de evocar a história de Carleto, Roca e dos mancebos esganados. Foi meu primeiro folhetim de sangue... (...) Segundo folhetim – tim-tim por tim-tim. Mais sangue! A história de Euclides da Cunha contada por meu Pai. (...) terminava contando os lances da autópsia praticada por um Afrânio Peixoto lavado em lágrimas. (...) Terceiro folhetim. Ainda sangue – *Primavera de Sangue*⁹... Quarto. Sangue real, de Portugal. Não d’El-Rei que vai à caça, mas d’El Rei que foi caçado, no Terreiro do Paço¹⁰. (NAVA, 1974, p. 345-347, ênfase do autor)

Nas passagens que narram a vida doméstica de sua avó paterna, Dona Ana Cândida da Silva Nava Feijó, casada em primeiras núpcias com o “negociante maranhense Pedro da Silva Nava” (1843-1870) e mais tarde com “o tabelião Joaquim Feijó de Melo”, Nava cita as irmãs, tias e primas de sua avó que “completavam a roda das senhoras, em casa do Feijó”, em Fortaleza, no Ceará, e conjectura sobre a troca de experiências nesta roda de conversas:

Deviam encher as noites conversando sobre partos, costuras, riscos de renda, desenhos de varanda de rede, prenhez, abortos, receitas de doce, receitas de droga, mezinhas para *paquete* recolhido... E mais, sobre a grave questão do permitido e do interdito durante as regras (lavar a cabeça, por exemplo, nesse período melindroso, estuporava na certa), Finalmente, o debate sobre o que faziam, o que não faziam as criadas. Eu disse criadas – criadas domésticas, criadas domésticas, criadas de servir, criadas pagas, pois nunca ouvi falar que mesmo os mais abastados da gente burguesa e cidadina de meu Pai tivesse tido escravos em suas casas. (...) Outra coisa de que nunca ouvi falar na família de meu Pai foi de inimizade e fuxico entre os parentes. Quando os azares do casamento traziam de fora elemento difícil – a regra era aguentar de bico calado e não passar recibo. (NAVA, 1974, p. 56).

As tertúlias não serviam apenas para “intercambiar experiências” do passado e presente, estreitando laços afetivos, conservando e lapidando a identidade do grupo, mas legavam experiência pessoal e crônica histórica aos ouvintes herdeiros da tradição. Essa transmissão absorve crenças, valores, aspectos da cultura oral e erudita, elementos da memória cultural e coletiva, tornando-se mais prosaica ou sofisticada, verossímil ou fabulosa, segundo a imaginação, intenção, expressão corporal, humor, linguagem e

⁸ Maria Pamplona de Arruda (Marout), tia-avó paterna de Pedro Nava e mulher de Peregrino de Arruda.

⁹ Em 22 de setembro de 1909, realizou-se no Rio de Janeiro o enterro simbólico do General Sousa Aguiar em passeata celebrando a primavera, o gesto político causou tumulto e custou a morte de dois estudantes.

¹⁰ Assassinato do Rei D. Carlos I e do Príncipe D. Luís Filipe de Bragança em Lisboa, a 1 de fevereiro de 1908. Nava alude ao poema “O Caçador Simão” (1890) de Guerra Junqueiro, crítica ao Rei D. Carlos.

personalidade do narrador, que pode recontar certa história à mesma audiência em momentos diferentes, ou adaptá-la a outro grupo, conforme a ocasião e o ambiente.

“O eco das conversas que o Major escutara”

Para situar Joaquim Jaguaribe no plano das Memórias dedicado aos contadores de histórias da tradição oral, antes é necessário observar que ato de contar histórias vincula-se à experiência de cada cultura em relação ao tempo, de acordo com a distribuição dos períodos de trabalho e lazer. O crítico literário nigeriano Isidore Okpewho (1992), reconhecido por sua contribuição no campo da literatura oral africana e o folclorista brasileiro Luís da Câmara Cascudo (1984) apresentam enfoques análogos sobre as condições básicas de expressão do conto oral em sociedade. Okpewho (1992, p. 224) explica que o cenário tradicional da contação de histórias se estabelece com atividades de relaxamento após o trabalho, por ocasião de celebrações comunitárias e familiares, jogos infantis ou simplesmente no momento dos adultos partilharem as reminiscências da rotina diária ou de eventos significativos para o grupo. Em linhas gerais, os pesquisadores afirmam que, desde as sociedades agrárias e pastoris, a experiência de contar histórias requer ambiente específico:

Toda a parte de prosa da literatura oral exige um ambiente protocolar para sua exibição em qualquer país do mundo. Noventa por cento das estórias, adivinhações, são narradas durante as primeiras horas da noite. Não apenas se explicará a escolha desse horário pelo final da tarefa diária como igualmente por ser indispensável a atmosfera de tranquilidade e de sossego espiritual para a evocação e atenção do auditório. (...) Paul Sébillot informa que os velhos irlandeses têm repugnância de contar estórias de dia porque traz infelicidade. (...) Essa interdição é a mesma em Portugal e Espanha, decorrentemente para o continente americano. (CASCUDO, 1984, p. 228)

Segundo Okpewho (1992, p. 107) a literatura oral atua como lenitivo ao fim do dia. Em muitas comunidades africanas, é usual encontrar famílias reunidas em espaço aberto durante a noite, principalmente quando há luar. Nessas ocasiões, de maneira descontraída, são praticadas várias formas de literatura oral. Quando há participação da audiência e acompanhamento instrumental, a canção predomina em relação a outros tipos de performance narrativa. A oportunidade de cantar é prazerosa para a audiência e permite-lhe interagir de modo mais espontâneo e relaxado com o contador de histórias (OKPEWHO, 1992, p. 134-135). Em fins de 1913, após a morte da mulher, Dona Maria Luísa, Jaguaribe transfere-se de Juiz de Fora para Belo Horizonte, período relatado em

Chão de ferro. Nava descreve cenas em que Dona Diva e os filhos se reuniam na varanda, após o jantar, para conversar e ouvir os “monólogos” e casos do Major, situação equiparável ao “ambiente protocolar” da experiência de contar histórias segundo a descrição de Câmara Cascudo e Okpewho:

E começou nossa vida na Serra, parecendo vida de fazenda, tão longínquo era aquele canto de bairro do centro de Belo Horizonte. (...) Mas à época que fomos para a rua Caraça todo o terreno encheu-se da festa dos pés de mamona (...) e ela me leva aos seus longos monólogos depois do jantar, na sala de visitas ou na varanda, aberta às aragens e aos bichos noturnos. (...) Ah! Noites fantásticas da Serra. Nenhuma iluminação na rua. Só um ciciar indistinto que era folhagem arfando; o cri-cri dos grilos; o pingue e o pongue dos sapos martelando. A cachoeira rasgando a seda da noite, o Major falando sem parar dentro do escuro. Sim, do escuro, porque nas noites amenas íamos para a varanda. (...) Às vezes não eram só as estrelas, o que de estrelas! enchendo a noite. Ela branqueava da luz de um sol de prata, subindo como balão no céu sem nuvens e sem ventos. Ou vinham os dois e sentia-se nos altos estalar dobras de sudários, longos uivos das almas penadas e os festões de renda negra franjada de fios argentinos passarem puxados pelos ventos de Minas. Em direção oposta, a lua voava. Nossa Mãe gostava de cantar. Nesses tempos a vida era eterna... (NAVA, 1976, p. 141-146).

Para Câmara Cascudo (1984, p. 166), a origem do hábito de narrar vem de tempos remotos, “[...] o homem que riscou as renas, os mamutes, as estrelas toscas e a cara do sol nas pedras da gruta em que vivia. Ele, como nosso aldeão, depois de comer, falava...”. Os “monólogos” e “casos” do Major narravam memórias da participação de sua família na Revolução Pernambucana de 1817, fato ligado à história de seus avós Leonel Pereira de Alencar e Dona Maria Xavier de Carvalho:

O acatamento das filhas a meu avô eu o apreciava principalmente em minha Mãe, no fervor com que ela bebia as palavras do Major nas longas conversas que seguiam os nossos jantares. Depois da sobremesa e do cafezinho (...) Ele abancava-se na sala iluminada cruamente pelo lampião de carbureto que acompanhava o dono da casa nos cômodos ainda sem luz elétrica. E aí, ele começava a contar. Primeiro, os casos antigos do Pau Seco, de Dona Bárbara e do 1817 – que ele reuniria depois em modesto folheto¹¹. Depois o 1824, a chacina do Jardim, a casa-grande do Seu Dão¹² incendiada, a dispersão da família, sua avó grávida, fugida nos matos, escondida num fundo de lagoa, respirando por um tubo de taquara, até tudo silenciar. Saiu dali transida, para ter, no chão, a filha que esperava. Veio se arrastando a pé, que nem retirante, comendo dado, até Fortaleza, onde foi recolhida pelo cirurgião Santiago. Por isso é que a menina nascida assim, a mãe do Major, a futura Viscondessa de Jaguaribe, tinha se

¹¹ Joaquim Nogueira Jaguaribe, *Acontecimentos de 1817 – Dona Bárbara*, Imprensa do autor, Fortaleza, 1922. A história e participação de Dona Bárbara de Alencar (1760-1832), avó do romancista José de Alencar, na Revolução Pernambucana de 1817 foi relatada em *Dona Bárbara – 1817*, drama publicado em 1917 pelo escritor cearense José Carvalho (1872-1933), um dos integrantes da chamada “Padaria Espiritual”.

¹² “Como Dona Bárbara, seu irmão Leonel Pereira de Alencar, conhecido por Seu Dão, aderiu ao movimento de 1817 e veio a morrer no ano de 1824, quando os imperialistas arrasaram sua casa e dispersaram sua família” (NAVA, 1974, p. 174). A relação desses fatos com a família Alencar, incluindo um depoimento da tia-avó de Nava, Dona Clotilde Jaguaribe Nogueira, encontram-se em *Baú de ossos*.

chamado Clodes Alexandrina Santiago de Alencar. Aquilo, na nossa sala, era o eco das conversas que o Major escutara de sua mãe e que esta ouvira da sua. Era a mesma voz vinda do Ceará, passando pelo Rio reboando agora na Serra do Curral... (NAVA, 1976, p. 141-143)

Como todo patrimônio imaterial, a conservação do arquivo mnemônico de uma família depende do que é transmitido aos descendentes e aos que se relacionam ao convívio, identidade moral e história daquele grupo. Mas tende a desaparecer quando se estabelece um pacto de silêncio para defender a reputação idealizada pelos envolvidos nessas três esferas, a exemplo do caso do “tio negreiro”, “assunto tabu” numa família que participou da história do movimento abolicionista:

A história desse bandido familiar era assunto tabu. Tão tabu que eu a ouvi, em 1922, de minha avó Nanoca, só pude colher o que ela adivinhara fragmentariamente do flibusteiro. (...) sabia mal-mal da legenda cochichada desse carneiro preto que nascera, inexplicavelmente, numa família de gente inimiga de brutalidades, decorosa, cheia de probidade e cultuando com esmero as virtudes civis. (...) desde menino-e-moço envergonhava os parentes e prometia-se às galés ou à força do Ceará colonial com suas rixas, suas serenatas, suas bebedeiras, sua jogatina, suas trepadas, em solteiras e casadas. Sumira um dia e regressara anos depois, atochado de dobrões e falando escancaradamente como os ganhara – correndo os mares e vendendo negros. Desmoralizara a família durante algum tempo, para desaparecer novamente e voltar muito mais tarde, sempre cheio de histórias do corso, dos portos das Caraíbas, da Nova-Orleans e da costa d’África, que frequentara nas suas andanças de negreiro. (NAVA, 1974, p. 52)

A linguagem do memorialista confere aspectos ficcionais ao relato biográfico e contornos de personagem novelesca ao tio que corra os mares vendendo negros. As histórias que Dona Nanoca contou a Nava sobre esse “flibusteiro” que “era belo e violento como um demônio adolescente” com certeza foram usadas para recriar literariamente sua “legenda”. Entre as características que essa recriação lhe atribui, convém notar que ele seja referido como “sempre cheio de histórias do corso” – traço que o inclui numa das grandes famílias de narradores distinguidas por Walter Benjamin:

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. (BENJAMIN, 1994, p. 198-199).

Jaguaribe poderia ser incluído na segunda família dos narradores benjaminianos. Além dos “seus longos monólogos depois do jantar, na sala de visitas ou na varanda

aberta às aragens e aos bichos noturnos”, ele se preocupou em assegurar, de próprio punho, a transmissão da história que ouvira dos antepassados, escrevendo-a em “modesto folheto” segundo Nava (1974, p. 141). Mas tal forma de conservar o arquivo familiar atribuiria viés sócio-político ao discurso e circulação desse documento, pois gera um tipo de memorial que identifica o grupo e busca reconhecimento social. O repertório oral dessas histórias que circulam na família, no entanto, sem ocasião de se manifestar tende a se extinguir, pois embora a literatura oral seja um patrimônio vivo, está alojada na memória de seus detentores. Se estes perecem, a aplicação desse saber pode não ser restituída ao cotidiano:

A literatura oral é mantida e movimentada pela tradição. É uma força obscura e poderosa, fazendo a transmissão, pela oralidade, de geração a geração. Ninguém defende essa virtude mnemônica nem há um exercício para sua perpetuação. Antes todos negam possuir o patrimônio das estórias e anedotas, mitos e fábulas, dizendo-o próprio para as velhas do outro tempo ou os moradores de aldeias. (CASCUDO, 1984, p. 165).

Por admitir a associação entre fato e lenda, a literatura oral possui qualidades estilísticas exploradas pelo “cunho de efabulação” da prosa ficcional, e assim episódios da história familiar podem ser narrados, segundo Antonio Candido (1987, p. 60) “como matéria de romance”, sem excluir outros propósitos, além do lúdico, como socialização, fortalecimento da identidade do grupo e fixação de um repertório plural de memórias. Sob o enfoque das ciências sociais, Câmara Cascudo questionou o papel pragmático e social intrínseco à cantiga e à narrativa colhidos da tradição:

O conto, a estória popular, tem uma intenção esotérico-religiosa? É parte de um corpo doutrinário, fragmento apologético espalhado e reduzido em espécie de fácil compreensão para o entendimento imediato e rápido do povo? São esses contos imitações dos apólogos búdicos tornados populares na campanha catequista da Índia? Ou ensinamentos morais desligados de uma regra única, restos que emergem de uma religião desaparecida? Ou *gaya scienza*, o alegre-saber, a distração fácil, brilhante, em serviço da coletividade, fazendo-a mais doce e sensível pela visão dos trabalhos vencidos? Simples *lúdus*? (CASCUDO, 1984, p. 249).

Citando estudos de John Roscoe (1911) sobre os costumes e tradições nativas de Uganda, Okpewho (1992, p. 167) ressaltou as variações sofridas pelas narrativas orais entre uma geração e outra de contadores. Entretanto, para Nava (1976, p. 143), as histórias que “o Major escutara de sua mãe e que esta ouvira da sua” consolidavam-se numa “[...] mesma voz vinda do Ceará, passando pelo Rio reboando agora na Serra do Curral...” E havia outras vozes, outros testemunhos na família:

Vinham depois as gestas¹³ do Paraguai, não as dos compêndios – heroicas e convencionais – mas as vividas, as do sangue, das degolas, dos massacres – dos estupros, dos saques, dos incêndios, do aniquilamento – chegadas pela boca de meu bisavô, que fora Auditor de Guerra em Assunção¹⁴ e pelas dos primos José Martiniano Peixoto de Alencar¹⁵ e Carlos Augusto Peixoto de Alencar¹⁶, irmãos de carne e de armas, respectivamente os Voluntários da Pátria números 1 e 2 no alistamento. Tinha retrato dos três no álbum da sala. (NAVA, 1976, p. 150).

A ideia de confiabilidade das fontes é essencial para que um relato não seja desacreditado. Nessa passagem verificam-se alguns fatores comprobatórios da autoridade narrativa dos familiares: primeiro, a identificação histórica das vozes fontes dos relatos, o bisavô Auditor de Guerra e os primos veteranos, testemunhas *in loco* dos fatos; segundo, a notoriedade social dessas vozes; terceiro, o parentesco: os narradores transmissores são descendentes diretos das fontes em primeira mão, vínculo sugestivo, por associação, da ideia de verossimilitude. Esta reforçaria a eficácia da *amplificatio*, apesar da gradação “do sangue, das degolas, dos massacres – dos estupros, dos saques, dos incêndios, do aniquilamento” conferir tonalidade hiperbólica à linguagem do memorialista. Mas ele também é parte da cadeia de transmissão da história, que certamente o impressionou em 1913.

Uma das metas e desafios do contador de histórias, explica Okpewho (1992, p. 83), é impressionar o ouvinte pela eloquência e sabedoria, apoiando-se retoricamente em seu talento para a enargia. Recorde-se que a transposição do fato histórico ao mito é fixada à memória coletiva através de cantos, estórias, gestas, lendas e relatos de façanhas de guerreiros e aventuras de heróis:

O prestígio do valente determina o ciclo para o encantamento popular. Soldado regular ou guerrilheiro, tem seus admiradores. É a coragem pessoal a sugestão suprema, motivo do comentário poético. (...) Esse halo admirativo não significa

¹³ Segundo Câmara Cascudo (1984, p. 364): “A gesta é uma poesia de ação, de luta, de movimento. Não há sensação da paisagem, da natureza, do cenário. Como para os cantores da *belle France* os pares viviam pelo gesto de combate. Não interessava a situação geográfica nem a beleza circunjacente. A natureza existe como ponto de referência e material vivo para comparação”. Das gestas “heroicas e convencionais” registram-se os versos de “Guerra do Paraguai”, do poeta cearense João de Sant’Anna Maria (1827-?).

¹⁴ Domingos José Nogueira Jaguaribe, bisavô de Nava, até 1866 desempenhou várias funções durante o Império. Iniciou sua carreira política como suplente de deputado à Assembleia Provincial do Ceará, tornando-se mais tarde promotor público, deputado provincial e deputado geral. “Em 1867 parte para o Sul e é Auditor de Guerra junto às tropas brasileiras em campanha no Paraguai” (NAVA, 1974, 171).

¹⁵ Conforme Francisco Silva Nobre (1996, p. 34), José Martiniano Peixoto de Alencar (1840-1923) e seu irmão Napoleão Peixoto de Alencar deram “[...] início ao alistamento militar de cearenses para a guerra do Paraguai, tendo publicado artigo no jornal ‘Pedro II’ conclamando os jovens conterrâneos para fazer o mesmo e defender a Pátria ameaçada (...) formando o 1º Corpo de Voluntários do Ceará em 05/04/1865”.

¹⁶ Carlos Augusto Peixoto de Alencar (1852-1900) foi militar, Comandante das Armas do Amazonas. Abolicionista, promoveu a libertação de escravos em Corumbá e Cuiabá. (NOBRE, 1996, p. 28).

solidarismo com as atitudes do herói mas compreensão humana pela energia, irradiante coragem, resistência, destemor. (CASCUDO, 1984, p. 362-363)

Os casos da Guerra do Paraguai contados por Jaguaribe não são reproduzidos nas Memórias, mas quando Nava (1974, p. 143) os menciona, recordando a época em que os escutava, a *captatio benevolentiae* emergiria de uma relação de empatia entre a audiência e o contador de casos: “O acatamento das filhas a meu avô eu o apreciava principalmente em minha Mãe, no fervor com que ela bebia as palavras do Major nas longas conversas que seguiam os nossos jantares”, sendo obtida igualmente através da identificação de Nava (1976, p. 150) com o testemunho do avô: “Meu avô guardara os casos todos da Guerra do López, na sua memória de mocinho de quinze anos feito os da Primeira Grande Guerra ficariam na minha”. Delaperrière (2014, p. 43) assinalou a importância do papel do escritor, o qual, sendo também uma testemunha, não é somente um advogado dos fatos, experiências e sentimentos reportados, mas uma garantia de autenticidade existencial. A reflexão da autora vale para o memorialista que, na condição de escritor, necessita, ao mesmo tempo, testificar o acontecido e ratificar a veracidade de sua mensagem. O primeiro caso subentende uma intenção, o segundo, certa preocupação com o aspecto genuíno da mensagem. Não se deve ignorar a questão da recepção: para a audiência do relato oral e para o leitor do escrito, o testemunho cumpre uma função informativa. O relato de Nava sobre os “casos” do avô apresenta-o como testemunha histórica do segundo reinado, mas descreve igualmente seu estilo e versatilidade como contador de histórias.

“Quando o Visconde do Rio Branco organiza o vigésimo sexto gabinete do segundo reinado, Jaguaribe é um dos seus componentes, ocupando a pasta da Guerra” (NAVA, 1974, 171). Segundo Joaquim Francisco de Mattos (1990, p. 74), José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), Visconde do Rio Branco, deixou a pasta da Guerra em 15 de maio de 1871 quando assumiu Domingos José Nogueira Jaguaribe até 20 de março de 1872. “Rio Branco, que era seu amigo íntimo, entrava na casa de Jaguaribe sem bater e pela porta que estivesse aberta” (NAVA, 1974, p. 172). Ao descrever as memórias dessa época, significativas para a família, entonação e gestual expressivos enriquecem a performance narrativa e realçam a ação de expoentes centrais da história:

Depois eram as lembranças do pai ministro no Gabinete Ventre Livre (...) dele carregando a pasta do velho nos dias de despacho em São Cristóvão ou no Paço da Cidade. Os ministros reunidos, em pé, longe da mesa e o Imperador fazendo-se esperar exatamente quinze minutos depois da hora marcada. Chegava cumprimentando nominalmente, sem parar, os moços em fila e curvados nas antessalas e nas varandas. Senhor Paranhos, senhor Jaguaribe, senhor... O Major

impava contando esse seu roçar ao Monarca que ele nunca chamava de Dom Pedro II nem de Imperador. Só falava em Sua Majestade – que ele dizia *suamajistade*. Levantava, imitava o andar de *suamajistade*, fazia voz fina, nasalada e dinástica, saudando a ele, ao Juca Paranhos, aos outros carregadores de pastas – filhos, sobrinhos, primos dos ministros. (Nava, 1976, p. 143-144)

A impressão gerada na audiência por meio da performance do contador de histórias, fonte do testemunho, é decisiva para realçar o caráter da mensagem. Na passagem citada, a dicção – “aquela voz explicada e cantada dos Jaguaribe” (NAVA, 1977, p. 35) – é recurso usualmente explorado pelo narrador dramático, cuja prosódia atribui graça, encanto e vivacidade aos adágios, canções e ditos populares, elementos da tradição incorporados à história contada. Ao obter acento característico, algumas expressões recebem ênfase, luz própria, tornando-se uma espécie de marca distintiva do narrador, como o traço pessoal que identifica o artesão, segundo Walter Benjamin (1994, p. 204).

Considerações finais

A literatura oral resulta de um fundamento comum de estórias populares, de procedência vária, mescladas e adaptadas por um processo de aculturação inconsciente que admite a influência da cultura letrada, “[...] dos livros e folhas de literatura popular, com elementos da tradição e o contingente da imaginativa individual do autor. Esta ainda podia provir de influência livresca, adaptada ao espírito local” (CASCUDO, 1984, p. 169). Esta adaptação ao “espírito local” é sugerida na primeira descrição de Joaquim Jaguaribe, quando Luís da Cunha, à época seu futuro sogro, alude às “[...] parolagens daquele cearense suspeito que gostava de entremear seus casos de citações latinas”. O léxico, gestual e voz para dar vida a personagens e dramatizar as ações de uma história, o carisma e aparência do narrador¹⁷ são meios de envolver a audiência e tornar a performance do contador de histórias em aprazível espetáculo. A voz é um traço dos prosadores referidos por Nava (1976, p. 146): “E sua voz que não parava. Meio século de Minas não tinha conseguido arredondar as arestas de seu sotaque cearense. Abria bem as vogais, escandia, emitindo não palavras, mas tudo sílaba por sílaba (...) balda, não regional, mas familiar. Fala de Jaguaribe”. As qualidades vocais do contador de histórias – cadência, entonação, volume e outras características prosódicas – são traços que Nava

¹⁷ Segundo Nava (1974, p. 19), por volta de 1908, cinco anos antes da família mudar-se para Belo Horizonte: “O Major nessa época era uma esplêndida figura de macho. Peludo, alto, magro, desempenado, sempre de fraque escuro, bem calçado, meia cartola, escarolado, roupa branca esmaltada de goma, barba grisalha aberta ao meio, bigodarras de jaguar, mãos tratadas, olhos largos e sorridentes”.

(1974, p. 322) distingue em vários perfis biográficos. Neste excerto, ele descreve o modo como Rosa, sua bá em Juiz de Fora, interpretava o tradicional *Romance de Juliana e Dom Jorge*:

Que trovadores, menestréis, orfeonistas e cantores fizeram atravessar o oceano essa legenda? O fato é que ela chegou a Minas e era cantada pela Rosa, que transformava o castelo peninsular consentâneo à tragédia, num sítio do Paraibuna e o cavaleiro Dom Jorge num peão matuto. (...) Dom Jorge queria ir-se embora, mas ficava, a pedido da moça, para beber dum vinho que ela lhe guardara. Bebeu, caiu, morreu enquanto ela cantava, desforrada, o último verso da história. A voz da Rosa alteava-se no final como a de uma *prima dona*. Sincera no papel duplo que representava, sincera a ponto de chorar de Dom Jorge agonizando, gargalhar de Juliana e chorar novamente com todos os meninos que choravam, indiferentes à barbárie das rimas, aos pés quebrados e aos versos ora hepta ora octossílabos. (NAVA, 1974, p. 243, ênfase do autor).

A lacuna cronológica entre a explanação verbal dos relatos e sua integração às memórias, somada à natureza híbrida da prosa de Nava, amálgama de autobiografia, biografia, crônica e ensaio, impede a transcrição fidedigna e linear dos casos contados. Essas histórias funcionam de vários modos no texto e são relevantes não apenas ao plano de cada capítulo, mas permitem a *Baú de Ossos* dialogar com os volumes seguintes das Memórias. Além disso, nos casos sobre a família Alencar, o passado histórico tem valor de memorial biográfico nos relatos de Jaguaribe: “Não vou dizer que eram só demônios os Pinto Coelho da gente da minha avó Maria Luísa e anjos os Alencar da gente de meu avô Quincas. (...) Gente boa e gente ruim havia dos dois lados, mas manda a justiça que se reconheça que a percentagem favorecia o segundo grupo” (NAVA, 1974, p. 169).

Já o episódio do Major narrando as memórias do pai, o Visconde de Jaguaribe, quando ministro do Imperador Dom Pedro II, recorda o cadete de “O espelho”, de Machado de Assis (2016, p. 32): “Aconteceu então que a alma exterior, que era dantes o sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza, e passou a ser a cortesia e os rapapés da casa, tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem”. Em *Galo-das-trevas*, Nava (1981, p. 37), conta o destino da “bagagem de recordações”, mantida “[...] com as fardas do Major dentro de velha arca (...). Já contei de como meu avô inventariando sua vida e suas decepções fizera um auto-de-fé de fardas e guardados. (...) Como salvei do ânimo incendiário do Major retratos e papéis de família”.

Uma performance oral não pode ser captada através da escrita, ponderou Okpewho (1992, p. 360), mas o teor das recordações sugere ao leitor vislumbres da personalidade de Jaguaribe e Nava, considerando-se os ensinamentos, ideias, juízos,

perfis humanos e temas que prevalecem na seleção do repertório de histórias¹⁸. Tais informações se completam ainda por relatos de outras fontes:

Meu avô nunca referira o amparo que dera ao seu vizinho, o Coronel Fabriciano e nem minha Mãe tinha nos contado o favor antigo que lhe fizera o Diretor da Companhia de Eletricidade de Belo Horizonte. Quando eu soube dessa estória é que analisei os sentimentos que nutria pelo nosso Manuel Thomaz Carvalho Brito¹⁹. (NAVA, p. 282).

O convívio familiar proporcionou a Nava o exemplo de muitos prosadores referenciais. A extensão da influência destes não se avalia em estudo único. A contribuição ambicionada por esta análise é sugerir futuras discussões sobre os narradores partícipes de sua memorialística.

Referências

- ASSIS, Machado. O espelho. In: *Contos selecionados*. Colatina: Clock-Book, 2016, p. 28-37.
- CAMINHA, Edmilson. *Palavra de Escritor*. Brasília: Thesaurus, 1995.
- CANDIDO, Antonio. Poesia e ficção na autobiografia. In: _____. *A Educação pela Noite e Outros Ensaio*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 51-69.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.
- CHAVES, Castelo-Branco. *Memorialistas portugueses*. Venda Nova, Amadora: Instituto de cultura portuguesa, 1981.
- BARZEL, Neima. Testimony as literature and literature as testimony: Abba Kovner and Amir Guttfreund. *Jewish Studies Quarterly*. Tuebingen, Mohr Siebeck, v. 9, n. 2, p. 160-172, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40753304>. Acesso em: 19/01/2019.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

¹⁸ “Inquestionavelmente o sucesso do contador de histórias depende de sua seleção de histórias, seu poder para discriminar e crescente habilidade para avaliar”, arguiu Ruth Sawyer (1976, p. 151, tradução nossa).

¹⁹ Fabriciano Felisberto Carvalho de Brito (1840-1921), político, pai de Manuel Thomaz Carvalho Brito (1872-1952), industrial, secretário de estado de Minas Gerais e Diretor da Companhia de Eletricidade de Belo Horizonte. Quando Dona Diva lhe pediu pelas “ruas da Serra que careciam de iluminação”, segundo relata Nava (1979, p. 282), Carvalho Brito atendeu, acrescentando: “E olhe, D. Diva, não pense que fica me devendo favor. Eu é que vou pagar agora o que me fez o Major Jaguaribe. Quando meu pai caiu, na rua, para morrer, foi em frente à casa do seu e de D. Gracinha, em Antônio Dias Abaixo. Pois os dois é que ampararam meu velho que foi receber os primeiros socorros na cama deles. (...) Em menos de 15 dias uns oitocentos metros de rua foram clareados pela colocação de vários postes de iluminação”.

DELAPERRIÈRE, Maria. Testimony as a literary problem. *Teksty Drugie*, Special Issue, Warsaw, v. 2, p. 42-54, 2014. Disponível em: http://rcin.org.pl/Content/51769/WA248_71005_P-I-2524_delaperr-testimony.pdf. Acesso em: 19/01/2019.

GORNICK, Vivian. Truth in personal narrative. In: LAZAR, David. (Ed.). *Truth in non fiction: Essays*. Iowa City: University of Iowa Press, 2008, p. 7-10.

NAVA, Pedro. *Balão cativo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977.

_____. *Baú de ossos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

_____. *Chão de ferro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

_____. *Galo-das-trevas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

_____. *Território de Epidauro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

NOBRE, Francisco Silva. *1001 Cearenses notáveis*. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1996.

OKPEWHO, Isidore. *African Oral Literature: Background, Character, and Continuity*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1992.

SAWYER, Ruth. *The Way of the Storyteller*. New York: Penguin Books, 1976.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.

Recebido em: 05 de janeiro de 2019

Aceito em: 13 de março de 2019

Publicado em: junho de 2019